

Superior Tribunal de Justiça

RE no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.091.534 - RJ (2017/0103438-8)

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : PEDRO MENDES CABREIRA
ADVOGADOS : LUIZ LEITE ARAUJO JUNIOR - RJ072332
VALERIA FERREIRA PESSOA ARAUJO - RJ175980
LUIZ LEITE ARAUJO - RJ170919
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTERES. : RODRIGO DE LIMA BRANCO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INTERPOSIÇÃO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. NÃO EXAURIMENTO DE INSTÂNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 281/STF. RECURSO NÃO ADMITIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por PEDRO MENDES CABREIRA, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra decisão monocrática proferida pelo Ministro Rogério Schietti Cruz, assim fundamentada:

A decisão interlocutória de pronúncia é juízo de admissibilidade da acusação, que encerra a primeira fase do rito do júri e se torna objeto dos debates perante os jurados. Nesse momento processual, exige-se certeza quanto à materialidade do crime, mas, quanto à autoria, basta que o julgador conclua haver indícios suficientes.

Acerca do tema, a jurisprudência desta Corte Superior, ao interpretar o art. 413, *caput* e § 1º, do CPP, assevera: "Deve a pronúncia e eventual decisão que a mantém, se limitar a apontar a existência de prova da materialidade e indícios de autoria [...] exige forma lacônica e acentuadamente comedida, não podendo exceder da adjetivação, sob pena de invadir a competência do Tribunal do Júri para apreciar os crimes dolosos contra a vida (HC n. 377.909/MG, Rel. Ministro Felix Fischer, 5ª T., DJe 26/9/2017).

O chamado "excesso de linguagem" é irregularidade na decisão de pronúncia que vicia a decisão dos jurados. Devido à formação não técnica dos juízes populares, não devem constar nessa peça processual afirmações peremptórias sobre as provas formadas no *iudicium accusationis*, para que não seja influenciada a formação do convencimento do Conselho de Sentença quanto à efetiva prática de crime pelo réu.

Esse dever de sobriedade da linguagem se estende também para os acórdãos de recursos interpostos contra a pronúncia. Em qualquer hipótese, contudo, permanece o dever de explicitar suficientemente as razões de decidir, sob pena de declarar-se nulo o julgado por falta de

Superior Tribunal de Justiça

fundamentação.

Nesse contexto, a decisão de pronúncia - ou o acórdão que a mantém - não incorre em excesso de linguagem quando se refere às provas dos autos, a fim de mencionar a ocorrência da materialidade e os indícios suficientes de autoria, aptos a ensejar o julgamento do feito pelo Tribunal do Júri. (fl. 2.353)

[...]

Em que pese a extensão da decisão de pronúncia e do relato das provas constantes nos autos, não identifico o alegado excesso de linguagem.

Em diversos trechos do excerto transcrito, as instâncias ordinárias destacaram os elementos de prova em que se basearam para concluir pela certeza da materialidade da conduta delitiva - espancamento das vítimas por grupo de pessoas com dolo de matar.

De resto, a pronúncia relata em detalhe as razões por que entende haver indícios suficientes de autoria (vários documentos e depoimentos).

Em nenhum momento é afirmado peremptoriamente que os acusados são os autores do crime, tampouco são feitas assertivas que exponham a posição pessoal do julgador sobre o tema. Pelo contrário, em diversas passagens, a decisão reitera a ressalva de que existem apenas indícios da autoria, suficientes para a submissão do processo ao Conselho de Sentença.

Relativamente às qualificadoras, a pronúncia se limitou a asseverar não haver argumentos que autorizem o seu afastamento imediato. Assim, não há por que retirar do Júri a oportunidade de decidir sobre a sua caracterização. (fl. 2.354)

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 2.362/2.388), sustenta a parte recorrente, em síntese, que houve ofensa ao artigo 5º, inciso XXXVIII, alínea "d", da Constituição Federal, alegando, para tanto, que "na decisão interlocutória de pronúncia mantida pelo *decisum* recorrido, o Magistrado do piso invadiu a competência do Tribunal do Júri, privativa para julgar os crimes dolosos contra a vida".

Apresentadas as contrarrazões às fls. 2.398/2.417.

É o relatório.

Extrai-se dos autos que o recurso extraordinário ora em análise foi interposto contra decisão monocrática desta Corte, quando ainda cabível o manejo do agravo regimental para julgamento pelo respectivo colegiado.

Ocorre, porém, que, nos termos do artigo 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, compete ao Supremo Tribunal Federal o julgamento, mediante recurso extraordinário, das causas decididas em única ou última instância.

Dessa forma, diante da ausência de esgotamento das vias recursais nesta instância especial, forçoso reconhecer a incidência do Enunciado 281 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, *verbis*:

É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada.

A esse respeito, confirmam-se os seguintes precedentes de ambas as Turmas do Excelso Pretório:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO NO

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DECISÃO MONOCRÁTICA DO STJ. ESGOTAMENTO DAS VIAS ORDINÁRIAS. NÃO OCORRÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 281/STF. AGRAVO DESPROVIDO. 1. Cumpre ao recorrente esgotar todos os recursos ordinários cabíveis nas instâncias ordinárias. No caso, o Recurso Extraordinário foi interposto contra decisão monocrática proferida pelo Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA, do Superior Tribunal de Justiça, nos autos do RESP 1.334.254/BA, o que atrai o óbice descrito na Súmula 281/STF (É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada). 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (ARE 1.113.708 AgR, Relator: Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 29/06/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-153 DIVULG 31-07-2018 PUBLIC 01-08-2018)

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Não esgotamento das instâncias ordinárias. Súmula nº 281/STF. Precedentes. 1. Incide no caso a Súmula nº 281 do Supremo Tribunal Federal, pois ainda era cabível a interposição de agravo regimental no Superior Tribunal de Justiça. 2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC). 3. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC, pois não houve condenação do agravante em honorários advocatícios. (ARE 1.048.180 AgR, Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 30/06/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-177 DIVULG 10-08-2017 PUBLIC 14-08-2017)

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, V, do Código de Processo Civil, **não admito o recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente